



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 10, Issue, 09, pp. 40004-40010, September, 2020

<https://doi.org/10.37118/ijdr.19877.09.2020>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

PROBLEMÁTICAS NA ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL DAS MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL

Alves S. Rayanne¹, Nascimento A. João², Andrade E. L. Séfora³, Silva S. Everton⁴, Nascimento C. M. Severino⁵, Jordão M. C. Raquel⁶ and Soares C. F. Perla⁷

¹Enfermeira. Especialista em Direitos Humanos pela Escola Superior em Magistratura. Mestre em Enfermagem pelo programa de Pós-graduação em Enfermagem (UFPB). Doutoranda em Modelos de Decisão e Saúde pelo programa de Pós-graduação Modelos de decisão e Saúde (UFPB). Docente do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ)

²Graduado em Engenharia Mecânica (UFPB). Mestre em Estatística (UFPE). Doutor em Estatística (UFSP).

³Enfermeira. Mestra em Enfermagem pelo Programa em Pós-graduação em Enfermagem PPGENF-UFPB. Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem PPGENF-UFPB. João Pessoa – PB.

⁴Graduado em Enfermagem pela Faculdade de Enfermagem São Vicente de Paula.

⁵Graduado (a) em Enfermagem pela Faculdade Uninassau, João Pessoa-PB.

⁶Enfermeira pela (UFCG). Especialista em Enfermagem Obstétrica pelo CEFAPP. Mestra em Neurociência Cognitiva e Comportamento pela (UFPB)

ARTICLE INFO

Article History:

Received 14th June 2020

Received in revised form

16th July 2020

Accepted 03rd August 2020

Published online 23rd September 2020

Key Words:

Saúde Mental. Mulheres.
Prisões. Pessoas Encarceradas.

*Corresponding author:

Milena Marcintha Alvez Braz

ABSTRACT

Introdução: sabe-se que os presídios são estruturas historicamente adaptadas ao homem e as mulheres presas se deparam com situações que afetam suas especificidades relacionadas ao gênero e sexo feminino. Elas são mais vulneráveis ao adoecimento físico e mental. **Objetivo:** analisar problemáticas inerentes a atenção a saúde mental das mulheres presas, com base na literatura científica. **Método:** realizadarevisão integrativa da literatura, com obtenção de uma amostra de 13 artigos científicos no período de abril a maio do ano de 2020. **Resultados:** A base de dados MEDLINE se destaca com 46,15 % (06) das publicações. Os anos 2017 e 2019 são expressivos compondo 23% (06) artigos cada. Observa-se quantitativo maior dos estudos de pesquisas de campo, com 10 publicações. **Discussão:** As mulheres presas são afetadas por problemas mentais. As necessidades de atenção à saúde extrapolam questões relacionadas a doenças infectocontagiosas e infecções sexualmente transmissíveis. O atendimento a necessidade de atenção à saúde mental das presas é insuficiente. **Conclusão:** assistência à saúde mental das mulheres privadas de liberdade é necessária, pois a vivência rotineira com cárcere potencializa o adoecimento psíquico.

Copyright © 2020, Alves S. Rayanne et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Alves S. Rayanne, Nascimento A. João, Andrade E. L. Séfora, Silva S. Everton, Nascimento C. M. Severino et al 2020. "Problemáticas na atenção à saúde mental das mulheres privadas de liberdade no sistema prisional", *International Journal of Development Research*, 10, (09), 40004-40010.

INTRODUCTION

No dia 09 de setembro de 2003 mediante Portaria nº 1.777, foi instituído o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP). O mesmo prevê a inclusão da população penitenciária no SUS, garantindo legalmente o acesso desse grupo aos serviços de saúde, bem como, que a praticidade do direito à cidadania possa se efetivar na perspectiva dos direitos humanos (Brasil, 2004).

Com fito na contemplação do arcabouço legal, no dia 02 de janeiro de 2014 foi instituída a portaria interministerial da Política Nacional de Atenção Integral as Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do SUS a ser implementada em uma rede regionalizada de ações e serviços, regida aos seguintes princípios: integralidade, equidade, corresponsabilidade, participação popular e promoção de iniciativas humanizadas (Brasil, 2014 & de Carvalho, 2017).

A Unidade de Saúde Prisional deve funcionar como porta de entrada, com uma equipe que garanta o acesso à atenção básica e demais demandas de saúde. As pessoas privadas de liberdade, custodiadas no sistema penitenciário brasileiro são caracterizadas por homens e mulheres na faixa etária dos 30 anos, com baixa escolaridade e advindos de situação de vulnerabilidade social. Os presídios, em sua maioria, são locais superlotados, com pouca circulação de ar e padrões sanitários deficientes (Nogueira & Abrahão, 2009). A prisão comporta-se como um espaço de violências, descaso com os direitos humanos, o que afeta a reintegração social das Pessoas Privadas de Liberdade (PPL). Nesse sentido, há ocorrência de dupla do encarcerado: estar preso e negação de direitos, como o da saúde durante o confinamento (Assis, 2008). A população carcerária feminina encontra-se exposta a diversos fatores de risco à saúde, além de IST/AIDS, tuberculose, pneumonias, dermatoses, transtornos mentais, hepatites, traumas, diarreias infecciosas, hipertensão arterial e diabetes *mellitus*. Assim, identifica-se a necessidade de analisar o acesso dessa população às ações de atenção à saúde, tanto com a implantação de ações desde há nível da atenção básica dentro dos presídios até referências para média e alta complexidade, com garantia do atendimento das demandas específicas das mulheres presidiárias por meio de uma atenção diferenciada, dentro do conjunto de ações preconizadas pelo SUS (Brasil, 2004).

Para o atendimento das necessidades de saúde das pessoas privadas de liberdade, o sistema prisional dispõe de profissionais de saúde de diversas áreas (medicina, odontologia, enfermagem, psicologia e assistência social). Dessa forma, estes profissionais podem contribuir para o resgate de uma condição de vida digna das pessoas em discussão, através de ações educativas que promovam a desconstrução do preconceito, da discriminação - respeitando os princípios éticos e legais, com vistas a resgatar o sentido da existência humana (Souza & Passos, 2008). O sistema prisional é considerado um problema de saúde pública em todo o mundo, pois além das prisões concentrarem pessoas com problemáticas de acesso à saúde, educação e cultura, tem-se o agravante de pertencerem ao grupo de sujeitos(as) mais propícios (as) ao adoecimento (Carvalho, 2006). As prisioneiras têm uma longa história de exclusões, abusos e desrespeitos aos Direitos Humanos. A garantia de assistência à saúde integral a este grupo específico não pode ser compreendido como um privilégio ou um direito abusivo, mas, sim, um imperativo ético. É claro que as condições dessa assistência devem ser adaptadas às condições especiais às quais essas populações estão sujeitas, posto que são perpetradoras de crimes, mas as condições e a qualidade dessa assistência não devem, por razões éticas, serem qualitativamente diferenciadas das demais destinadas às populações extramuros (Diniz, 2007). Conforme o Relatório das mulheres encarceradas no Brasil (2007), no encarceramento feminino há uma histórica omissão dos poderes públicos, manifestada pela frágil praticidade das políticas públicas. Há toda uma ordem de direitos das mulheres presas que são violados de modo acentuado pelo Estado brasileiro, que vão desde a desatenção a direitos essenciais como à saúde e, em última análise, à vida; até aqueles implicados numa política de reintegração social, como a educação, o trabalho e a preservação de vínculos e relações familiares (Popular, 2007). Diante do exposto, este estudo propôs compreender a seguinte questão norteadora: O que os estudos científicos apontam sobre a atenção a saúde mental das

mulheres presas? Para tanto, esta pesquisa objetivou analisar as problemáticas inerentes a atenção a saúde mental das mulheres presas, com base na literatura científica.

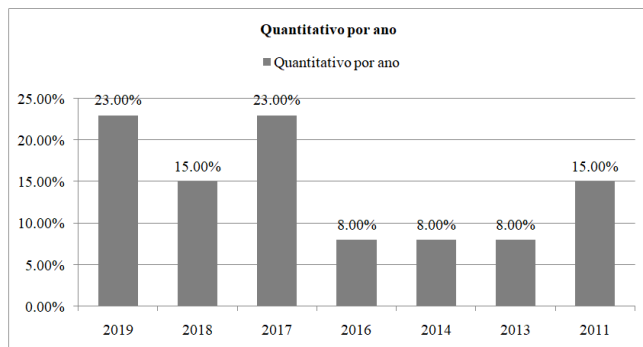
MÉTODO

Estudo do tipo revisão integrativa da literatura. Este método baseia-se na reunião e síntese de resultados de pesquisas, sobre determinado assunto, com intuito de contribuir para aperfeiçoamento e conhecimento para análise do assunto investigado (Mendes, Silveira & Galvão, 2008). Na elaboração deste estudo, foram cumpridas 06 etapas vislumbradas pelos autores acima supracitados: 1) identificação do tema e seleção.; 2) estabelecimento dos critérios para inclusão e exclusão de estudos e busca na literatura; 3) definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/ categorização dos estudos, no que se refere à coleta de dados; 4) avaliação dos estudos, no que se refere à análise crítica dos estudos incluídos; 5) exposição da discussão, das dificuldades e sugestões dos resultados encontrados nos estudos coletados; 6) síntese e apresentação da revisão. A coleta de dados foi realizada através Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), no período de março a abril de 2020, utilizando duas combinações de descritores: 1) Saúde mental, Mulheres, Prisões; 2) Saúde mental, Pessoas Encarceradas, Mulheres. Como critérios de inclusão, foram utilizados artigos e editoriais disponíveis, idioma em português, inglês e espanhol no período de 2010 a 2020 na base de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), Base de Dados de Enfermagem (BDENF), Index Psi Periódicos (IndexPsi) e Bibliografia Nacional em Ciências de la Salud Argentina (BINACIS). Foram excluídos os artigos que não correspondem ao tema, que estavam repetidos ou ainda indisponíveis eletronicamente. A quantidade de artigos científicos sobre o objetivo de estudo é escassa. Desse modo, foram realizadas 02 combinações de descritores, separadas pelo operador booleano AND, para obtenção de um maior número de produções científicas para melhor compreender a questão norteadora: 1ª) Saúde mental "AND" Mulheres "AND" Prisões; 2ª) Saúde mental "AND" Pessoas Encarceradas "AND" Mulheres.

A tabela 1 apresenta o quantitativo de artigos encontrados nas buscas por combinações de descritores, bem como a população e os excluídos mediante critérios já mencionados anteriormente e posteriormente resultando da amostra final. O universo da pesquisa foi de 435. Destes, feita a aplicação dos critérios de elegibilidade (quanto ao período temporal, bases de dados, categoria artigos científicos) e resultou em uma população de 122 artigos. Após leituras de títulos, resumos, averiguação de materiais acessíveis eletronicamente e em duplicidade, foram excluídos 109, em sua maioria por se distanciar do objeto de estudo. A partir desta análise final, obteve-se uma amostra de 13 artigos científicos.

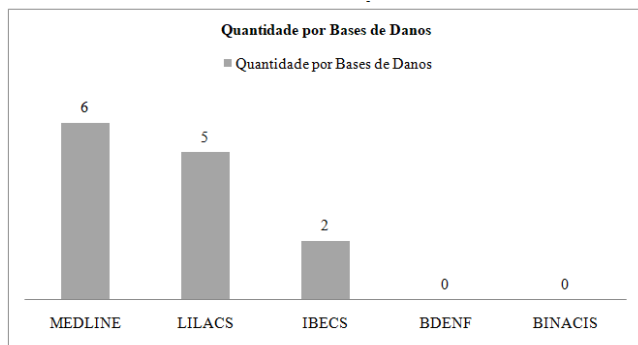
RESULTADOS

O gráfico 1 apresenta o quantitativo de artigos publicados por ano e percentual: 03 artigos no ano de 2019 (23%) e 2017 (23%); 02 em 2018 (15%) e 2011 (15%); 01 em 2016 (8%), 2014 (8%) e 2013 (8%). Nos anos 2010, 2012, 2015 e abril 2020 não obtiveram publicações relacionados ao tema. As bases de dados com destaque nas publicações foram:



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Gráfico 1. Distribuição da amostra por ano de publicação



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Gráfico 2. Distribuição da amostra publicada nas bases de dados

MEDLINE com 46,15 % (06), LILACS 38, 46 % (05) e apenas 15,38 % (02)IBECs. Sobre a modalidade de pesquisa, foram (10) pesquisas de campo e (03) do tipo transversal. Em relação ao periódico, observa-se uma grande diversidade, o que indica que está muito distribuída a produção de artigos relacionados a saúde mental de mulheres presas. Os artigos que compuseram a amostra do estudo foram categorizados segundo as informações da Tabela 2.

DISCUSSÃO

Estudo P1 - aborda as características das mulheres com filhos, bem como as problemáticas enfrentadas pelas mesmas durante a gestação, puerpério e pós-puerpério em duas prisões da Indonésia. Sobre as características observa-se que a maioria destas mulheres presas: tem idade 21 a 30 anos; maioria com ensino médio completo; 58% abandonada pelo marido e 69% relataram ter criança dependente; 43,9% foram encarceradas por delitos relacionados a drogas; durante o encarceramento estavam sendo cuidadas 51,8% das crianças ficaram com mães de família ou por pais de família. A maioria das mulheres encarceradas têm grande preocupação com a separação das suas famílias e o desafio da separação dos seus filhos (Mustofa, Oeste, Supadmi & Sari, 2019). O artigo P2 discutiu as implicações a saúde das mulheres presas nos EUA. Constatou-se: 2,4% das mulheres presas no ano de 2018 eram maiores de 18 anos, entre as presas recentes 36,4% estava em liberdade condicional; mulheres presas tinham quase duas vezes mais chances de serem hospitalizadas durante a noite. Portanto, as presas por estarem mais vulneráveis ao adocimento físico e mental possuem mais entradas nos serviços de saúde no âmbito hospitalar e pronto atendimento com mais frequência que mulheres não-presas (Nowotny, Kuptsevych-timmer & Oser, 2019).

O material científico P3 aborda a prevalência e os fatores associados à violência na vida pregressa das reeducandas de uma unidade prisional de São Paulo. A maioria das mulheres presas solteiras, divorciadas/separadas, as que presenciaram agressão física na infância e com rastreamento positivo para TMC sofreram violência física. Observa-se também que as presas não brancas vivenciaram mais violência psicológica na vida pregressa do que as brancas. Há também uma crítica referente a ausência de dados das presas sobre sofrimento por violência sexual/física/psicológica. Nesse sentido, há uma necessidade de prevenir a violência contra a mulher desde a infância. É uma ação que deve fazer parte da formação das pessoas, até que a cultura de paz seja criada e sedimentada na sociedade (Santos, Barros & Andreoli, 2019). A pesquisa P4 aborda as necessidades de atenção à saúde das mulheres presas. Verificou-se a importância da atenção à saúde mental, pois a maioria das entrevistadas sofreu perda de espaço pessoal devido a partilha de um quarto com outras presas, perdendo também o conforto. Com isso o estudo revela que o percentual dos “altos níveis de necessidades não atendidas” é maior do que o dos “baixos níveis de necessidades não atendidas”. Assim, devem-se garantir as necessidades das mulheres encarceradas a partir de oportunidades de apoio a elas e a construção de intervenções sensíveis ao gênero que promovam a saúde (Antonetti, D'Angelo, Scampati, Croci, Mostarda, Potenza, & Alvaro, 2018).

O artigo P5 discute a problemática da mulher presa no âmbito da maternidade e das relações interpessoais estabelecidas antes e durante o cumprimento da pena no Rio Grande do Sul. A separação de mãe presa do filho, colabora nos impactos nocivos à saúde mental dessas mulheres e a precariedade das relações interpessoais do binômio mãe e bebê estabelecidas durante o cumprimento da pena influencia no desenvolvimento de problemas emocionais nas presas (Flores & Smeha, 2019). O estudo P6 buscou examinar as acomodações relacionada a gravidez e os cuidados de saúde prestados às populações carcerárias regional. A qualidade na atenção à saúde da mulher/mãe presa necessita ser melhorada nos EUA. Os padrões de diretrizes de cuidado para melhorar a saúde e o bem-estar de mulheres grávidas encarceradas, definidos pela agência American College of Obstetricians and the Department of Psychology, não estão sendo cumpridos, o que oferece grandes riscos à saúde da mãe e desenvolvimento do feto. Para tanto, seria interessante melhorar e monitorar as práticas dessas políticas com objetivo de melhorar a saúde e o bem-estar das gestantes privadas de liberdade (Kelsey, Medel, Mullins, Dallaire & Forestell, 2017).

No artigo P7 identificou os fatores relacionados à saúde mental de mulheres em um presídio do Estado do Rio de Janeiro. Os fatores que afetam a saúde mental das mulheres encarceradas estavam diretamente relacionados ao histórico familiar de doença psiquiátrica. O estudo identificou que ansiedade, estresse, depressão, alteração do padrão de sono, uso indevido de medicação psicotrópica, abstinência sexual, interrupção das relações familiares, além das precárias condições de confinamento são fatores que afetam a saúde mental das mulheres privadas de liberdade. Assim, faz-se necessário atuação da equipe multiprofissional na atenção em saúde mental dentro do sistema prisional que atenda às necessidades dessa população, assegurando a aplicabilidade da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde no Sistema Prisional (García-Vita, Añãos-Bedriñana & Fernández-Sánchez, 2017).

Tabela 1. Apresentação dos quantitativos: universo, artigos excluídos e amostra

COMBINAÇÕES DOS DESCRITORES	UNIVERSO DO ESTUDO	POPULAÇÃO (Com aplicação dos critérios de elegibilidade)	ARTIGOS EXCLUÍDOS	AMOSTRA
Saúde mental "AND" Mulheres Prisões	148	63	49	12
Saúde mental "AND" Pessoas Encarceradas "AND" Mulheres	287	59	58	01
Totais	435	122	108	13

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Tabela 2. Característica da amostra do estudo

N.º	Ano	Títulos	Autores	Base de dados	Periódico	Tipo de estudo
P1	2019	Challengestomotheringwhileincarcerated: preliminarystudyoftwowomen'sprisons in Java, Indonesia.	MUSTOFA, M. et al.	MEDLINE	Int J PrisonHealth ;	Pesquisa de campo
P2	2019	Criminal Justice Contactand Health Service UtilizationamongWomenacross Health Care Settings: Analyzingthe Role ofArrest.	NOWOTNY, K. M.; KUPTSEVYCH-TIMMER, A. ; OSER, C.	MEDLINE	Womens Health Issues	Pesquisa de campo
P3	2019	Fatores associados à depressão em homens e mulheres presos.	SANTOS, M. M.; BARROS, C. R. S.; ANDREOLI, S. B.	MEDLINE	RevBrasEpidemiol	Pesquisa Transversal
P4	2018	The healthneedsofwomenprisoners: anItalianfieldsurvey.	ANTONETTI, G. et al.	MEDLINE	Ann IstSuper Sanita	Pesquisa de campo
P5	2018	Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão	FLORES, N. M. P.; SMEHA, L. N.	LILACS	Physis	Pesquisa Transversal
P6	2017	AnExaminationofCare PracticesofPregnant WomenIncarcerated in Jail Facilities in the United States	KELSEY, C. M. et. al.	MEDLINE	MaternChild Health J	Pesquisa de campo
P7	2017	Emotionalwell-beingamongstfemaleinmatesinprisons: therelevanceoftheiraddictivehistoryandtheir country oforigin	GARCÍA-VITA, MM; AÑANOS-BEDRIÑANA, FT; FERNÁNDEZ-SÁNCHEZ, MP.	IBECS	Rev. esp. sanid. Penit	Pesquisa Transversal
P8	2017	Mental healthincarceratedwoman in theof rio de janeiro	SANTOS, M. V. et al.	LILACS	Texto & contexto enferm	Pesquisa de campo
P9	2016	O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil	CONSTANTINO, P. ; ASSIS, S. G. de; PINTO, L. W.	LILACS	Ciênc. saúde coletiva	Pesquisa de campo
P10	2014	Programa de Atención Integral al Enfermo Mental en las prisiones españolas (paiem). Valoración tras cuatro años de funcionamiento	SANZ, J. et al	IBECS	Rev. esp. sanid. penit	Pesquisa de campo
P11	2013	The relationshipbetweenchildhood abuse andpsychosis for womenprisoners: assessingtheimportanceoffrequencyandtype ofvictimization.	KENNEDY, S. C; TRIPODI, S. J; PETTUS-DAVIS, C.	MEDLINE	Psychiatr Q	Pesquisa de campo
P12	2011	Transtornos psiquiátricos e fatores de risco em uma população carcerária.	SILVA, N. C. et al.	LILACS	ACM arq. catarin. med	Pesquisa de campo
P13	2011	Atitudes e intervenções de profissionais que atuam junto a mulheres grávidas ou com bebês em contexto prisional.	PEREIRA, T. G.	LILACS	São Paulo	Pesquisa de campo

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

A pesquisa P8 analisou as condições de saúde mental das presas e custodiados do Estado do Rio de Janeiro e sua relação com o aprisionamento. Apontou que 7,5% das mulheres apresentam sintomas depressivos graves. O estresse das mulheres presas está associado fortemente com o tempo de prisão. É preciso ampliar e qualificar os serviços de saúde mental, com o intuito de fornecer a essa parcela da população um tratamento adequado, com especial ênfase ao atendimento à mulher encarcerada (Santos, Alves, Pereira, Rodrigues, Marchiori, & Guerra, 2017). O estudo P9 identificou atitudes e intervenções de profissionais que trabalham em contextos prisionais em relação às gestantes e mães com bebês presas. Os profissionais revelam que quando o trabalho tem caráter coletivo favorece uma atuação indisciplinar. As fragilidades e potencialidades, limites dos espaços prisionais, presença ou ausência de criatividade são vivenciados por profissionais e que pode mantê-los aprisionados na lógica institucional. Com isso, impede a atuação espontânea como também revela espaços de novas reconfigurações, na tentativa de levar vivacidade no seio onde permeia a desesperança

(Constantino, Assis & Pinto, 2016). A investigação do P10 fez aprofundamentos científicos a respeito do bem-estar emocional das mulheres detidas em prisões na Espanha, onde mostrou que há uma relação estatística significativa entre os estágios de bem-estar e as variáveis de origem e o histórico de dependência por substâncias psicoativas. Assim, aquelas que têm histórico de uso problemático drogas, apresentam aspectos negativos quanto o seu bem-estar emocional (Sanz, Gómez-Pintado, Ruiz, Pozuelo, & Arroyo, 2014). No estudo P11 observou a relação entre vitimização infantil e sintomas atuais autoreferidos de psicose em uma população feminina encarcerada nos EUA. As pessoas que sofreram multivitimização tiveram 2,4 vezes mais chances de relatar sintomas atuais de psicose do que outras mulheres presas que experimentaram apenas vitimização física ou sexual na infância. Logo, serviços de saúde mental atuante que possam desenvolver ações de cuidado na relação de vitimização infantil e sintomas de psicose pode ser um fator-chave para a melhoria dos desfechos dos problemas mentais na população prisional feminina (Kennedy, Tripodi & Pettus-Davis, 2013).

A pesquisa P12 demonstrou uma experiência positiva em 03 instituições prisionais na Espanha, que foi alvo de uma pesquisa sobre atenção integral às pessoas com problemas mentais privadas de liberdade. Nesses recintos há o Programa de Atenção Integral aos Doentes Mentais nas Prisões Espanholas (PAIEM), o qual mostra-se com desempenho adequado, especialmente nas fases de detecção precoce, estabilização e reabilitação e menos ainda na fase de incorporação social (Silva, 2011). O estudo P13 aborda a prevalência de comportamento violento, e sua associação com as categorias individuais de transtorno mental. Estudo com o método transversal resulta que a prevalência de transtornos psiquiátricos foi elevada entre os presos. O estudo conclui que é fundamental que a sociedade e o governo trabalhem lado a lado a fim de reduzir barreira ao tratamento psiquiátrico e permitir acompanhamento psicossocial e da adesão ao tratamento em pessoas com transtornos mentais em prisões (Pereira, 2015).

Martins (2019), destaca que o Estado pratica negligências perante as mulheres encarceradas, isso porque relatos das detentas durante sua pesquisa, denunciam condições desumanas vivenciadas dentro do sistema prisional, e o quanto essas prejudiciais à saúde mental das apenadas, provocando o adoecimento psíquico, associado a pensamentos e comportamentos que levam ao suicídio. Esse é um diagnóstico proveniente de opressões operacionalizadas que por sua vez torna evidente o quanto de violência atinge o corpo e o psicológico da mulher sob a responsabilidade do Estado. Além de toda a estrutura que compõe o sistema prisional praticar violência física e psicológica às apenadas, há também uma lacuna devido à falta de políticas públicas que contemplem algumas esferas como: a saúde materno-infantil; maior atenção à saúde mental; bem como, o isolamento associado ao abandono por parte dos familiares, esses são fatores determinantes para o adoecimento mental e mortificação dessas mulheres (Martins, 2019). De Almeida, Soares, Coura, Cavalcanti, Dutra e Lima (2015), em uma pesquisa de revisão, onde avaliaram as condições de saúde das mulheres privadas de liberdade, evidenciaram que as condições de saúde das apenadas estão em nível muito abaixo quando comparado a população feminina não encarcerada. Além disso, outros dados preocupantes são os problemas de ordem mental, que estão em maior número relatados nos estudos que abordam a saúde das mulheres encarceradas. Neste contexto, fica evidente que a ética e as ações indicadas por políticas, na maioria das vezes são omissas ou não são praticadas no sistema prisional. Silva (2016), em sua pesquisa realizada no Centro de Reeducação Maria Júlia Maranhão, na cidade de João Pessoa - PB - Brasil, através do instrumento Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20), comprovou que 82% das mulheres em cumprimento de pena, vivenciam uma prevalência de sofrimento psíquico, esses dados são extremamente relevantes, pois, ressaltam que a estrutura e as práticas da instituição prisional, são predisponentes para o surgimento das problemáticas inerentes a saúde mental e desencadeadores de situações negativas a saúde dessas mulheres. É importante discutir sobre a vida sexual dessas mulheres durante o tempo em privação de liberdade, pois, conforme dados da pesquisa de Santos, Alves, Pereira, Rodrigues, Marchiorie Guerra (2017), a abstinência sexual é outro fator que produz interferências negativas no estado mental/emocional dessas pessoas. Tais dados foram identificados através da medição da frequência de visitas íntimas com 40 entrevistadas, onde 34 relataram não realizar esse tipo de visita, 03 realizam e outras 03 estavam em

processo de tentativa. Para Lima (2013), além de muitas mulheres estarem fragilizadas devido separação dos filhos, elas ainda precisam enfrentar as situações de estresse que o sistema prisional provoca no cotidiano, como apontado nos estudos: superlotação, falta de atendimento qualificado à saúde, a falta de suporte psicológico, entre outros. Essas condições levam ao comprometimento da saúde mental. No âmbito das prisões, o distanciamento dos familiares, amigos e da sociedade associado a um ambiente hostil onde perpetua a submissão oriunda das relações de poder e dominação entre as mulheres encarceradas, são provocadores de inúmeros agravos na saúde, como: depressão, estresse, ansiedade, insônia, tudo isso acaba potencializando o estado de vulnerabilidade das mulheres privadas de liberdade, deixando-as mais fragilizadas ao desenvolvimento de transtornos mentais extremamente nocivos (Silva, 2016). Santos, Alves, Pereira, Rodrigues, Marchiorie Guerra (2017), em pesquisa realizada num presídio feminino localizado no Estado do Rio de Janeiro, trazem falas de mulheres acerca das situações de violência que vivenciam dentro do cárcere, dentre as mais variadas destacam-se a violência física e psicológica, como: brigas e agressões entre as detentas, muitos gritos o dia inteiro, produzindo um ambiente perturbador, desgastante e amedrontante, interferindo negativamente no estado de saúde mental da população em discussão. Damas e Oliveira (2013), problematizam os espaços prisionais como insalubre e altamente precário, isso devido às celas terem muito mais pessoas do que a capacidade ideal, má alimentação, condições higiênicas muito ruins, tudo isso culmina de forma favorável para o surgimento e proliferação de doenças física e mental. Um ambiente com tais condições é extremamente propício para o estresse crônico, que muitas vezes acaba empurrando essas mulheres para o desenvolvimento de transtornos mentais.

Martins (2019), destaca que a saúde mental é o ponto central para boas condições de saúde em cada indivíduo, pois quando a mente adoce, pode provocar um desequilíbrio no corpo físico ao ponto do mesmo manifestar sintomas da doença. Assim, para evitar desequilíbrios de ordem psíquica e consequentemente o adoecimento do corpo físico, é extremamente importante o cuidado com a saúde mental das mulheres apenadas através das terapias preconizadas na lei das Práticas Integrativas e Complementares (PICs), que são alternativas para prevenção de doenças e promoção da saúde. Outro fator determinante para o melhoramento da saúde mental das mulheres encarceradas é a preservação do vínculo afetivo entre mãe-filho, companheiro e família, para isso, é necessário que as instituições prisionais interfiram de forma a incentivar as visitas/aproximação dos familiares, filhos, cônjuge, assim, contribuindo também no processo de ressocialização/reabilitação (Santos, Alves, Pereira, Rodrigues, Marchiori, & Guerra, 2017). Podemos pensar que essa aproximação e manutenção do vínculo, também pode fortalecer psicologicamente essas mulheres para melhor enfrentamento das adversidades vivenciadas no mundo do cárcere. As pesquisas problematizam o sistema prisional brasileiro devido suas estruturas e práticas serem favoráveis para o desenvolvimento de agravos a saúde. Neste contexto, faz-se urgente que haja um melhoramento nos presídios, como: mais investimento em serviços que atendam às necessidades de saúde, mais suporte psicossocial, objetivando melhores condições de vida para as mulheres privadas de liberdade, como preconiza o Sistema Único de Saúde (Silva, 2016).

CONCLUSÃO

Este estudo mostrou a necessidade de uma atenção qualificada à saúde da mulher nos ambientes prisionais, uma vez que está constatado nos estudos selecionados, deficiências quanto a atenção a saúde mental das mulheres em situação prisional, o que denota uma violação dos direitos humanos e constitucionais a partir de que suas necessidades de atenção à saúde não são alcançadas. Foi possível com este, discutir as problemáticas e necessidades da atenção à saúde das mulheres presas, especialmente no que se refere à atenção à saúde mental, na vinculação do histórico de vida com desenvolvimento de problemas mentais, bem como na separação mãe e filho. Dentre as limitações encontradas neste estudo, destacamos o baixo quantitativo de artigos de origem nacional disponíveis eletronicamente sobre a temática, sobretudo o da língua portuguesa. Essas fragilidades resultaram em número pequeno da amostra de artigos científicos selecionados, o que por sua vez não possibilita maiores compreensões sobre como está posta na literatura científica atual a prestação de cuidado a saúde mental das apenadas. De acordo com dados da pesquisa acerca da ociosidade das mulheres enquanto estão em cumprimento penal, e que este é um fator contribuinte negativamente na saúde mental das mesmas, faz-se importante um olhar para tal problemática, no sentido de adicionar no cotidiano dessas pessoas, atribuições relevantes e adequadas para as circunstâncias, tanto com o objetivo de melhorar o momento em que estão condicionadas, quanto no preparo para uma futura reintegração dessas mulheres no meio social. Com isso faz-se necessário mais estudos sobre a temática com pesquisas de campo entrevistando as mulheres privadas de liberdade sobre como as mesmas vislumbram a atenção a saúde mental no presídio, bem como estudos do tipo sistematização de experiência do trabalho da equipe de saúde a população carcerária.

REFERÊNCIAS

- Antonetti, G., D'Angelo, D., Scampati, P., Croci, I., Mostarda, N., Potenza, S. & Alvaro, R. 2018. "As necessidades de saúde das mulheres presas: uma pesquisa de campo italiana". *Annali di Istituti Superiori di Sanità*, 54.2: 96-103.
- Assis, R. D. D. 2008. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. *Revista CEJ*, 74-78.
- BRASIL. Ministério da Saúde. 2015. MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO. "PNAISM".
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde no Sistema Penitenciário. 2004. Plano nacional de saúde no sistema penitenciário.
- Carvalho, M. L. D., Valente, J. G., Assis, S. G. D., & Vasconcelos, A. G. G. 2006. Perfil dos internos no sistema prisional do Rio de Janeiro: especificidades de gênero no processo de exclusão social. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, 461-471.
- Constantino, P., Assis, S. G. D., & Pinto, L. W. 2016. O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21, 2089-2100.
- Damas, F. B., & Oliveira, W. F. 2013. A saúde mental nas prisões de Santa Catarina, Brasil. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health*, 512, 1-24.
- De Almeida, P. R. C., Soares, R. D. S. C., Coura, A. S., Cavalcanti, A. L., Dutra, M. O. M., & Lima, T. M. D. A. 2015. Condição de saúde de mulheres privadas de liberdade: uma revisão integrativa.
- De Carvalho, N. G. O. 2017. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional: Uma análise sobre a evolução normativa. *CADERNOS IBERO-AMERICANOS DE DIREITO SANITÁRIO*, 64, 112-129.
- Flores, N., Portugal, M., & Smeha, L. N. 2019. Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 28, e280420.
- García-vita, MM, Añaños-Bedriñana, FT & Fernández-Sánchez, MP. 2017. Bem-estar emocional entre mulheres detentas nas prisões: a relevância de sua história de dependência e seu país de origem. *Revista española de sanidad penitenciaria*, v. 19, n. 3, p. 79.
- Kelsey, C. M., Medel, N., Mullins, C., Dallaire, D., & Forestell, C. 2017. An examination of care practices of pregnant women incarcerated in jail facilities in the United States. *Maternal and child health journal*, 216, 1260-1266.
- Kennedy, S. C., Tripodi, S. J. & Pettus-Davis, C. A. relação entre abuso infantil e psicose para mulheres presas: avaliando a importância da frequência e do tipo de vitimização 2013. *Psychiatric Quarterly*, v. 84, n. 4, p. 439-453.
- Lima, G. M. B. D. 2013. *A vida de mulheres na prisão: legislação, saúde mental e superlotação em João Pessoa-PB* Doctoral dissertation.
- Martins, L. M. R. 2019. *Um olhar negro sobre o sofrimento psíquico e as vozes silenciosas das mulheres encarceradas: um diagnóstico sobre as políticas de saúde mental no sistema carcerário no Brasil* Master's thesis.
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. D. C. P., & Galvão, C. M. 2008. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & contexto enfermagem*, 174, 758-764.
- Mustofa, M., Oeste, B. S., Supadmi, M. S. & Sari, H. 2019. Desafios à maternidade encarcerada: estudo preliminar de duas prisões de mulheres em Java, Indonésia. *International Journal of Prisoner Health*.
- Nogueira, P. A., & Abrahão, R. M. C. D. M. 2009. A infecção tuberculosa e o tempo de prisão da população carcerária dos Distritos Policiais da zona oeste da cidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 12, 30-38.
- Nowotny, K. M., Anastasiia, Kuptsevych-Timmer & Carrie, O. 2019. "Contato com a justiça criminal e utilização de serviços de saúde entre mulheres em ambientes de saúde: analisando o papel da prisão". *Women's Health Issues* 29.2: 125-134.
- Pereira, T. G. 2015. *Atitudes e intervenções de profissionais que atuam junto a mulheres grávidas ou com bebês em contexto prisional* Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo.
- Popular, C. D. D. P. L. 2007. Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil.
- Diniz, D. 2007. Debate sobre o artigo de Correia et al. *Cadernos de Saúde Pública*, 23, 2005-2005.
- Santos, M. M. D., Barros, C. R. D. S., & Andreoli, S. B. 2019. Fatores associados à depressão em homens e mulheres presos. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 22, e190051.
- Santos, M. V. D., Alves, V. H., Pereira, A. V., Rodrigues, D. P., Marchiori, G. R. S., & Guerra, J. V. V. 2017. Saúde mental de mulheres encarceradas em um presídio do

- Estado do Rio de Janeiro. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 262.
- Sanz, J., Gómez-Pintado, P., Ruiz, A., Pozuelo, F., & Arroyo, J. M. 2014. Programa de Atención Integral al Enfermo Mental en las prisiones españolas PAIEM: valoración tras cuatro años de funcionamiento. *Revista Española de Sanidad Penitenciaria*, 163, 91-102.
- Silva, J. B. 2016. Mulheres invisíveis, mentes esquecidas: a saúde mental de mulheres sob privação de liberdade.
- Silva, N. C., Rosa, M. I., Amboni, G., Mina, F., Comim, C. M., & Quevedo, J. 2011. Transtornos psiquiátricos e fatores de risco em uma população carcerária. *Arquivos Catarinenses de Medicina*, 401.
- Souza, M. O. D. S., & Passos, J. P. 2008. A prática de enfermagem no sistema penal: limites e possibilidades. *Escola Anna Nery*, 123, 417-423.
